Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em reais)

1. Contexto operacional

A Associação Civil Sociedade para o Progresso da Ciência - SBPC foi constituída como Entidade sem fins lucrativos em 17 de junho de 1983, com a finalidade de:

- I. Contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do País;
- II. Promover e facilitar a divulgação e a cooperação do conhecimento científico entre os pesquisadores;
- III. Zelar pela manutenção de elevado padrão de ética entre os cientistas e em suas relações com a sociedade;
- IV. Defender os interesses dos cientistas, tendo em vista o reconhecimento de sua operosidade, do respeito pela sua pessoa, de sua liberdade de pesquisa, de opinião, do direito aos meios necessários à realização do seu trabalho;
- V. Promover a disseminação do conhecimento científico por meio de ações de divulgação da ciência;
- VI. Estimular a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
- VII. Estimular a criação de instrumentos adequados que possibilitem a melhoria da qualidade da educação em todos os níveis;
- VIII. Lutar pela remoção dos empecilhos e incompreensão que embaracem o progresso da ciência;
- IX. Lutar pela efetiva participação da SBPC tomando posição em questões de política científica, educacional e cultural e programas de desenvolvimento científico e tecnológico que atendam aos reais interesses do país:
- X. Congregar pessoas e instituições interessadas no progresso e difusão da ciência;
- XI. Apoiar associações que visem a objetivos semelhantes;
- XII. Representar aos poderes públicos ou a entidades particulares, solicitando medidas referentes aos objetivos da SBPC;
- XIII. Incentivar e estimular o interesse do público com relação à ciência e à cultura;
- XIV. outros objetivos que não colidam com o presente Estatuto e regimento da SBPC, a critério do Conselho ou da Diretoria.

2. Sumário das principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros" ("ITG 2002"), combinada com a NBC TG 1000 ("CPC PME", "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas").

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em reais)

Essas demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com o CPC para PMEs requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Associação no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.3. Aplicações financeiras

Aplicações financeiras de liquidez imediata estão apresentadas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida ao superávit/déficit do exercício.

2.4. Adiantamentos de demais contas a receber

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

2.5. Intangível e imobilizado

O intangível e o imobilizado estão apresentados ao custo de aquisição, sendo que a depreciação/amortização é calculada pelo método linear, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

2.6. Redução ao valor recuperável de ativos

O intangível e o imobilizado são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, sendo assim ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em reais)

2.7. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos financeiros até a data do balanço.

2.8. Contingências

As provisões trabalhistas são constituídas com base na probabilidade/ prognóstico estimado por nossos representantes legais e avaliadas pela Administração da Associação.

2.9. Patrimônio Social

A transferência do superávit/déficit para o patrimônio social ocorre por meio de aprovação da assembleia.

2.10. Apuração do superávit/déficit

O resultado foi apurado pelo regime de competência dos exercícios.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em reais)

3. Caixa e Equivalente de Caixa

Os saldos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estavam representados por:

	2012	2011
Caixa	848,27	80,66
Bancos - conta movimento sem restrição		
Bradesco S/A c/c 40.096-3	21.258,58	726,00
Banco Itaú S/A c/c 11.448-7	97,50	-
Itaú S/A c/c 00081-9 - Recursos Próprios	985,00	437,60
Itaú S/A c/c 13.679-5	27,00	150,00
Banco do Brasil c/c 1339-0	11.854,31	42,00
Banco do Brasil c/c 4.130-0 - Recursos Próprios	9.038,18	-
Banco do Brasil c/c 8801-03 Jornal da Ciência	-	652,33
	43.260,57	2.007,93
Bancos - conta movimento com restrição		
Banco do Brasil - c/c 36.193-3 MCT 2012 - Rec. Próprios	284,44	-
Banco do Brasil - c/c 35.721-9	1.938,04	-
Banco do Brasil - c/c 35.810-X	455,54	-
Banco do Brasil - c/c 35.839-8	99.764,00	-
Banco do Brasil c/c 33.781-1 MCT SUB2011	4.794,08	7.396,94
Banco do Brasil c/c 34.177-0	-	128,35
Banco do Brasil c/c 34933-X	1.265,29	
	108.501,39	7.525,29
Aplicações financeiras - sem restrição		
Itaú Aplic. Auto Mais conta 13.679-5	-	169.362,17
Itaú conta 00081-9 Aplic. Aut. Mais	51.448,95	17.099,99
Itaú Premium Ref. DI Fic FI conta 13.679-5	313.093,16	139.144,20
Itaú S/A conta 00081-9 - Plus DI	44.389,64	74.795,82
Bradesco S/A conta 40096-3	2.360,48	2.181,70
Banco do Brasil Ourocap	26.477,55	26.477,55
Banco do Brasil S/A conta 1.339-0		24.684,42
Banco do Brasil S/A conta 4.130-0 Fix	198.271,69	4.666,62
	636.041,47	458.412,47
Aplicações financeiras - com restrição		
Banco do Brasil - conta 36.297-2	856.195,84	-
Banco do Brasil - conta 36.445-2	424.096,17	•
Banco do Brasil - conta 35.811-8 CP ADM CL	103.201,58	-
Banco do Brasil c/c 36.193-3 CDB DI	1.244.612,40	-
Banco do Brasil CDB DI- conta 35.721-9	3.607,80	-
Banco do Brasil CP ADM DIF c/c 34.933-X	1.183.482,28	
Banco do Brasil conta 33.781-1 MCT SUB2011	-	1.679.232,41
	3.815.196,07	1.679.232,41

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em reais)

4. Imobilizado e intangível

O imobilizado e intangível são apresentados ao custo de aquisição e estão assim demonstrados:

		_	2012	2011	
	Custo	Depreciação amortização/ acumulada	Valor residual	Valor residual	Taxas anuais de amortização/ depreciação - %
Intangível					
Softwares	95.584,10	(16.534,07)	79.050,03	13.172,93	20
Imobilizado					
Imóveis	1.486.047,80	(147.818,07)	1.338.229,73	1.307.075,67	4
Equipamentos		, , ,			
telefônicos	-	•	-	1.500,31	10
Linhas telefônicas	-	-	-	12.382,17	-
Computadores e					
periféricos	200.492,41	(147.732,54)	52.759,87	62.019,58	20
Máquinas, aparelhos e					
equipamentos	120.783,08	(60.744,43)	60.038,65	71.326,88	10
Móveis e utensílios	133.889,95	(31.833,72)	102.056,23	82.046,15	10
Instalações	40.628,14	(11.236,43)	29.391,7 1	33.416,11	10
Biblioteca (1)	-	-	-	1.126.945,02	0
Benfeitorias em imóveis					
de terceiros	110.800,00	(652,42)	110.147,58		4
	2.092.641,38	(400.017,61)	1.692.623,77	2.696.711,89	
	2.188.225,35	(416.551,68)	1.771.673,80	2.709.884,82	,

(1) Os itens registrados no grupo de biblioteca foram baixados da posição patrimonial da Associação no exercício de 2012, por não ser possível avaliar o reconhecimento contábil do custo de aquisição. Esses ativos passaram por avaliação técnica para a mensuração de seu custo.

5. Obrigações fiscais e sociais a recolher circulante

Os saldos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estavam representados por:

	2012	2011
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	16.962,71	12.075,49
Imposto de Renda Retido na Fonte - autônomo	214,06	256,48
COFINS a recolher	-	2.081,65
ISS a recolher	7,00	1.264,50
REFIS a recolher	15.515,13	33.974,39
ISS parcelamento a recolher	6.182,64	6.182,64
Imposto de Renda Retido na Fonte - terceiros	42,50	675,71
INSS retido na fonte	4.995,14	5.326,57
ISS retido a recolher	13.904,01	13.104,61
PIS, COFINS e CSLL retidos na fonte	-	975,57
	57.823,19	75.917,61

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em reais)

6. Obrigações fiscais e sociais a recolher não circulante

Os saldos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estavam representados por:

	2012	2011
REFIS a recolher	2.318.125,13	2.251.581,67
ISS parcelamento a recolher	14.941,49	21.124,13
	2.333.066,62	2.272.705,80

7. Salários e encargos sociais

Os saldos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estavam representados por:

	2012	2011
FGTS a recolher	9.958,40	9.360,91
INSS a recolher	34.884,14	28.709,28
Provisão de férias e encargos	141.635,84	131.213,47
Provisão de PIS sobre férias	1.056,76	978,40
Contr. assist. e confederativa a recolher	60.00	80,00
PIS sobre folha de pagamento a recolher	1.548,44	1.172,42
Contribuição sindical a recolher	÷	176.66
	189.143,58	171.691,14

8. Recursos e convênios

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo dos recursos de convênios estavam em R\$ 2.660.313,79, os quais serão utilizados dentro do estabelecido no Projeto Básico; aprovado junto a instituição concedente de acordo com as rubricas aprovadas no respectivo Convênio.

9. Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

O Programa de Recuperação Fiscal - REFIS foi feito em 03 de outubro de 2000, com prazo de 240 parcelas para atender aos débitos relativos ao INSS, referente ao escritório da Associação no Rio de Janeiro, no processo de cisão com o Instituto Ciência Hoje.

10. Trabalho voluntário e gratuidades recebidas

Informamos abaixo os trabalhos voluntários e gratuidades recebidos em 2012.

O custo do trabalho voluntário foi estimado pela Administração com base na tabela real de remuneração do MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, conforme demonstrativo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em reais)

	Reunião Diretoria	Reunião Conselho	RIO + 20	Representações	Total
Quantidade de reuniões Número médio de	5	2	1	67	75
participantes	6	22	3	1	32
Quantidade total de horas Valor total da prestação de	948	1188	312	1452	3900
serviço	44.908,08	42.000,72	21.439,20	80.793,48	189.141,48

11. Renúncia fiscal

Imunidade

Nos termos do artigo 150 VI, 'c' da Constituição Federal, a SBPC goza de imunidade de impostos sobre sua renda, patrimônio e serviços, conforme artigo 14 do Código Tributário Nacional. A imunidade compreende, em nível federal, o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e o Imposto Territorial Rural (ITR); em nível estadual, compreende o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD) e o Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor (IPVA) e, em nível municipal, o Imposto sobre Serviços (ISS), o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU).

Isenção

A Associação é isenta da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) conforme o § 1 do artigo 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997. As receitas próprias da entidade são isentas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) conforme artigo 14 X da Medida Provisória nº 2158-35, de 24 de Agosto de 2001.

12. Tributação

A Entidade é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, assim definido em seu estatuto social e atende aos requisitos da legislação sendo imune ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e isenta a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), considerando o cumprimento cumulativamente das condições estabelecidas nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Em relação à Contribuição Social para Programa de Integração Social (PIS), a entidade está sujeita ao recolhimento da contribuição calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1%, conforme disposto no artigo 13 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em reais)

Quanto à Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ainda que a entidade seja caracterizada como contribuinte, à alíquota de 3%, esta não incide sobre as receitas relativas às atividades próprias da entidade, conforme o disposto no artigo 14, inciso X da Medida Provisória n° 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.

13. Contingências

O Processo nº 583.00.2011.202311-1, Autor: Veddas Vegetarianismo Ético, defesa dos direitos dos animais e sociedade, Réu: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - danos morais; os autos se encontram no tribunal de justiça, desde março de 2013 aguardando julgamento de apelação pela parte contrária. Com a ressalva do nosso Departamento Jurídico com prognóstico de "possível" passivo.

14 Receita com prestação de serviço

As receitas com serviços de 2012 no montante de R\$ 738.903,21 (R\$ 764.286,00 em 2011) refere-se na sua grande maioria de locação de estantes na feira da Expotec.

15. Eventos subsequentes

Em 2013 foi recebido o valor de R\$ 4.200,00, referente ao GEN - Grupo Editorial Nacional, pendente na conta valores a receber, relativo ao ano de 2010.